



Número: **0801132-71.2019.8.15.0981**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Queimadas**

Última distribuição : **12/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVANILDO FERNANDO DA SILVA (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21960605	12/06/2019 14:19	Petição Inicial	Petição Inicial
21960890	12/06/2019 14:19	Petição Inicial	Outros Documentos
21960892	12/06/2019 14:19	Procuração	Procuração
21960894	12/06/2019 14:19	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
21960648	12/06/2019 14:19	Doc. Médica	Outros Documentos
21960645	12/06/2019 14:19	SAMU, BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos
21960889	12/06/2019 14:19	GuiaCustas	Outros Documentos
22303058	10/07/2019 17:16	Despacho	Despacho
24813868	27/09/2019 10:32	Expediente	Expediente
25912863	05/11/2019 09:13	Petição	Petição
25912867	05/11/2019 09:13	Petição	Outros Documentos
25912868	05/11/2019 09:13	Documentos Comprobatórios	Outros Documentos
26567814	27/11/2019 10:47	Petição	Petição
26567816	27/11/2019 10:47	Petição de Juntada	Outros Documentos
26567817	27/11/2019 10:47	Comprovante de Residência	Outros Documentos
27703946	04/06/2020 16:43	Sentença	Sentença
31536781	15/06/2020 02:27	Expediente	Expediente
31557624	15/06/2020 14:56	Apelação	Apelação
31557638	15/06/2020 14:56	APELAÇÃO	Outros Documentos

31563 110	15/06/2020 16:42	Decisão	Decisão
31564 327	15/06/2020 16:48	Mandado	Mandado

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE QUEIMADAS-PB.**

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, reciclador, portador do RG de nº 9804139, e CPF de nº 718.423.344-17, residente e domiciliada na Rua George Penha de Melo, nº 1101, Conjunto Cássio Cunha Lima na cidade de Queimadas/ PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.



DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS

No dia 15.11.2018, a parte autora foi vítima de acidente automobilístico quando conduzia a sua motocicleta Honda CG 125 FAN (placa MFF/1354/SC, de cor preta, ano/2008, chassi de nº 9C2JC30708RI72043, pela BR104, sentindo Alcantil – Queimadas/PB, quando ainda no trecho pertencente a Alcantil, quando um veículo corsa, modelo novo, saiu de uma estrada vicinal e adentrou repentinamente na pista de rolamento a frente do autor, o mesmo não conseguiu evitar a colisão, vindo cair ao solo e sofrendo lesões graves como: **FRATURA EXPOSTA DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACA/PINOS/PARAFUSOS)**, sendo em seguida socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB onde a mesma submetida a tratamentos médicos e cirúrgicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA

M.M, Julgador, a parte autora solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Entretanto, para sua surpresa, **TEVE O BENEFÍCIO NEGADO AO ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA**.

Ora, Excelência, a autora sofreu diversas lesões físicas, as quais deixaram sequelas permanentes, fazendo jus, portanto, ao recebimento do seguro ora pleiteado, não devendo prosperar a negativa administrativa.

O pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora no tocante ao DUT do veículo, onde o mesmo já foi enviado e reenviado para a mesma, porém a Seguradora informa que o documento não está conforme suas exigências.



Douto julgador, a parte ré em defesa, pugna pela ausência de cobertura, uma vez que o veículo o qual o requerente conduzia, estava em mora em seu emplacamento.

Diferente do que alega a promovida, a legislação especial, em seu art. 5º determina que, "**O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado**".

Destarte, não há fundamento legal para o acolhimento da ausência de cobertura levantada pela ré, em vista da comprovação do acidente e do dano decorrente conforme as exigências legais.

Devido a tal fato o processo administrativo está cancelado, mesmo apresentando toda a documentação necessária qual é realmente exigida legalmente e realizado as correções e pendências, não restando outro meio a não ser o judicial, pois a seguradora se nega a prosseguir com o processo administrativo e a realizar o pagamento da respectiva indenização.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor e da negatória administrativa, este busca a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção



dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a indenizar o promovente ao pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor Máximo 13.500,00 (treze mil e quinhentos) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;



04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- **com fundamento no Art. 246, I do Novo Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08 – **Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;**

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando MEDICO PERITO desta localidade, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$13.500(treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 12 de Junho de 2019

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: Antônio Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: Wamildo Fernando da Silva, brasileiro (a),
solteiro, avulso portador da Cédula de Identidade nº:
9804739, inscrito no CPF nº: 718.1423134417, residente e domiciliado
na Rua George Pinha de Melo, Nº 1101, Bairro, CS. Cosmos Centro Lima,
na Cidade de Buquimados /PB.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Av. Dinamerica Alves Correia, 1020 - loja 02, Bairro: Dinamerica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274.**

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Entidade, autarquia ou Órgão na esfera Administrativa Estadual, Municipal e Federal ou Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como subestabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei n.º 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 12 de junho de 20 19.

Wamildo Fernando da Silva
Outorgante/Declarante




UNION 9 0000 000000


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EC-7

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL



POLEGAR DIREITO



Assinatura do Titular

João Vinícius F. da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned by CamScanner



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 9.804.139

DATA DE
EXEDIÇÃO 27/09/2013

NOME
<< IVANILDO FERNANDO DA SILVA >>

FILIAÇÃO
<< JOSÉ LUIZ FERNANDO DA SILVA >>
<< IVONIZE PEREIRA DA SILVA >>

NATURALIDADE
TAQUARITINGA DO NORTE - PE

DATA DE NASCIMENTO
06/05/1995

DOC. ORIGEM << 0710190155 1999 1 00013 076

CPF 0012830 17 UMBUZEIRO-PB >>

Bel. Jandir de S. Carneiro Leão
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 2.908 DE 29/08/83

F-56 43.706 - 3032

THOMAS GREG & SONS

Scanned by CamScanner





**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



**Número
718.423.344-17**

**Nome
IVANILDO FERNANDO DA SILVA**

**Nascimento
06/05/1995**

**CÓDIGO DE CONTROLE
E33A.4799.1303.928A**



**Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:02:48 do dia 01/03/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Scanned by CamScanner



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 003.578.563



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR 230 - KM 158 - Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

DADOS DO CLIENTE

MARIA IVONE DA SILVA SOUSA
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101
QUEIMADAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

4/169482-7

REFERÊNCIA

ABR/2019

APRESENTAÇÃO

24/04/2019

CONSUMO

71

VENCIMENTO

02/05/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 63,69

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 02957.450006 00099.793176 3 78770000006369				
Pagador: MARIA IVONE DA SILVA SOUSA CNPJ/CPF: 373.138.274-15				
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101 - CJ CASSIO LIMA - QUEIMADAS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
2957450000099793	000169482201904	02/05/2019	R\$ 63,69	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA BORBOREMA DISTRIB DE ENERGIA SA				08.826.596/0001-95
ROD BR 230 KM 158, 4799 - A SUDOESTE - TRES IRMAS - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 58423-700				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2057-5				



15/11/2018

HTCG-Painel Administrativo



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº:1774833 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 15/11/2018
Boleira de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Sidney Siqueira De Araujo Junior

PACIENTE: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

CEP: 58475000

Nascimento: 01/06/1995

Endereço: SAMU DE ALCANTIL

Sexo: M

Telefone:

Cidade: Queimadas

Idade: 023

Bairro: ZONA RURAL

Nome da Mãe:

RG:

Nº: 0

Responsável:

CPF:

Profissão:

Estado Civil:

Data de

CNS: 898959419441

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO

Atend: 15/11/2018

CONVÊNIO: SUS

Médico:

Hora: 18:16:22

Especialidade:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abreção
2. Amputação
3. Avulsão
4. Contusão
5. Crepitação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Enfisema subcutâneo
10. Enrugamento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Coriúso
15. F. Corrente
16. F. Certo-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro cortante
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Injuriamento Vaso
23. Laceração
24. Lesão tendão
25. Luxação
26. Mordedura
27. Movimento torção paradoxal
28. Objeto Encaixado
29. Ostracismo
30. Paralisia
31. Paralisia
32. Paralisia
33. Queimadura
34. Rinite
35. Sinal de Isquemia
- 36.

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada =

%

Grau

{ } 1º Grau

{ } 2º Grau

{ } 3º Grau

DIGNOSTICO / CID:

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente com poltosa de coloração amarela
muito e com de 21. Tórax pelo lado
maltratado. Nega dor e inchaço
no tórax. Dor e deformidade no tórax.

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS: (X) Fotorreagentes (X) Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow

PA

HGT:

SatO2

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais

() Gasometria arterial

() Tomografia Computadorizada

() Ultrassonografia:

() Radiografias:

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Ortopedia às 18:20 Dia 15/11Especialista: 1 às 18:20 Dia 15/11

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1	<u>Atendimento C. Geral 18:20</u>	
2		
3		
4		
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

José Clementino
Enfermeiro
CNS PB 0408

projetohtcg/impurgencia.php?contar=1774833

1/2

Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 12/06/2019 14:16:51

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061214165117000000021326812

Número do documento: 19061214165117000000021326812

Num. 21960648 - Pág. 1



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome:	Ismael da F. da Silva			
End:	Trav. Gomes d. Alcantaral		Bairro:	Quilmea
Data de Nascimento:	23/05/1985	Documento de Identificação:		
Queixa:	acido mudo	Data do Atend.:	15-11-18	Hora: 18:15
Documento:				
Acidente de trabalho?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

Classificação de Risco

Nível de consciência: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto: <input type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Fáceis de dor <input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: <input type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida
Deambulação: <input type="checkbox"/> Livre <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca	

Estratificação

MOD. 110

- Amarelo*
- ☒ Vermelho - atendimento imediato
☐ Verde - atendimento até 4 horas

- Dr. Carlos Alberto*
Enfermeiro
- ☐ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



P0 - $f_X \in \mathcal{M}_X$ (F)

Handwritten: Don't buy



Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

PO Ex FÊMUR E

Paciente IVANILDO FERNANDES DA SILVA Alojamento 1 Leito 4 Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
28/11	1 DIETA LIVRE		ORTOPEDIA
	2 SRL 1500ML EV 24H		
	4 DIFIRONA 1G EV 6/6H		
	5 TILATIL 20mg + AD - EV 12/12h		
	6 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SE DOR		
	7 NAUSEDRON 1 FA + AD EV 8/8H SN		
	8 CLEXANE 40 UI-SC 1X/DIA		
	9 OMEPRAZOL 40MG EV JEJUM, Diga VO		
	10 SSAN + COGG		
D2	11 LEVOFLOXACINA 750mg EV 24/24h		
	12. RETIRAR DRENO		

Dr. Sebastião Costa
Ortopedia-Traumatologia
CRM 0523

Dr. Sebastião Costa
Ortopedia-Traumatologia
CRM 0523





Rua Capitão José de Luz, 25 - Empresarial Joaquim Cardoso
Sala 801/802 - Coelhos - Recife/PE - CEP: 50.070-540
CNPJ: 28.285.089/0001-79

0116

Patientes:

Hospital:

Medicine:

Data da Cirurgia:

Procedimento:

Prentuário:

Copyright:

Instrumentadora:

Circulante!

Quant.	Nomeclatura	Código
01	PLACA 10 FURROS DCP 1X1R6A	
61	PARAFUSO COTICAIS	Nº 26
03	"	Nº 28
07	"	Nº 30
01	"	Nº 32
01	"	Nº 36

Recipe

de

ds20


4

Circulante

Médico Responsável



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: <u>Tramilda Fernandes da Silva DN: 01/06/1995</u>						 GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO		
	<u>Sala 02</u>	<u>SUS</u>	<u>23 anos</u>	<u>17.74833</u>		
CIRURGIA		CIRURGIÃO				
<u>1 C de fratura MIE</u>		<u>Dr. Euler + Dr. Julio</u>				
ANESTESIA		ANESTESIA				
<u>Raqui</u>		<u>Dr. Wandrley</u>				
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM		
		<u>27/11/18</u>	<u>15:45</u>	<u>17:00h</u>		
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Colostomia	Qtd.	FIOS	
			Cat. pr. Olig.		Catgut cromado Serlix	
<u>04</u>	Adrenalina amp.		Cat. De Urinar Sist. Fech.		Catgut cromado Serlix	
			Compressa Grande ***		Catgut cromado Serlix	
<u>01</u>	Diazepam amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples	
			Cotonolde		Catgut Simples Serlix	
			Dreno <u>Succos 4.8</u>		Catgut Simples Serlix	
			Dreno Kerr n°		Catgut Simples Serlix	
			Dreno Penrose n°		Cera pl. osso	
			Dreno Pezzer n°		Ethibond	
			Equipo de Macrogotas		Ethibond	
<u>01</u>	Megacins % ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond	
			Equipo de Sanguo		Fio de Agulhão Serlix	
<u>01</u>	<u>Paralamin</u>		Equipo de PVC		Fio de Agulhão Serlix	
			Espanador Largo cm		Fio de Agulhão Sulapak	
			Furacin ml		Fio de Agulhão Sulapak	
			Gase Pacote n° 10 unidades		Fila cardiaca	
			H.O. ml		Mononylon <u>2.0***</u>	
			Intracath Adulto		Mononylon	
			Intracath Infantil		Prolene Serlix	
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi n° 24*		Prolene Serlix	
<u>02</u>	Água Destilada amp. **		Lâmina de Bisturi n° 11		Prolene Serlix	
			Lâmina de Bisturi n° 15		Prolene Serlix	
			Luvas 7.0		Prolene Serlix	
			Luvas 7.5 ***		Vicryl Serlix <u>2.0***</u>	
			Luvas 8.0 ***		Vicryl Serlix	
			Luvas 8.5		Vicryl Serlix	
			Oxigênio l/m			
			Poliflix			
			PVPi Cegrenite ml			
			PVPi Topico ml			
			Sabão Antisséptico	Qtd.	SOROS	
			Saco coletor		3E Normotérmico fr 500 ml *	
			Seringa desc. 10 ml. **		SG Gelazo fr 500 ml	
			Seringa desc. 20 ml		SG Hipertérmico fr 500 ml	
			Seringa desc. 05 ml *		SG Ringr fr 500 ml	
			Sonda		SG fr 500 ml	
			Sonda Foley		SG fr 500 ml	
			Sonda Nasogástrica	Qtd.	SF pl. procedimento **	
			Sonda Uretral n°		ORTESE E PRÓTESE	
<u>02</u>	<u>Capipine</u>		Sterydram ml		<u>MMA 2</u>	
			Tomequina		<u>01 PLACA LARGA 10 pinos</u>	
			Vaselina ml		<u>10 parafusos CORTICAIS</u>	
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES					
			Agulha desc. 25 x 7			
			Agulha desc. 28 x 26			
			Agulha desc. 3 x 4,5			
<u>01</u>	Agulha pl. aque n° <u>26</u>					
<u>05</u>	Alcool de Enfermagem <u>70%</u>					
	Alcool Iodado ml					
<u>02</u>	Ataduras de Crepon <u>30</u>					
	Ataduras de Gessada					
	Azul metileno amp.					
	Benzina ml					

EQUIPAMENTOS
☐ Oxímetro de Pulso
☐ Serra
☐ Desfibrilador
☒ Foco Frontal
☒ Fonte de Luz
☐ Foco Auxiliar
☒ Eletrocautério
☐ Oxícapnógrafo
☐ Cardiomonitor
☒ Perfurador Elétrico

Responsável: Maria Jacilene A. de Oliveira
 Assinatura: [Assinatura]
 Nome: Clara E. L. Silva





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

F_x ferner ③

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Fronildo Fernandes da Silva	14		
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
27.01.88	1. Dieta livre após RPA 2. SRL 1500ml EV/24h 3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7. Nauseudron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8. Clexane 40mg SC/dia SUSP 9. SSVV + CCGG 10. Fenoflocaxone 750 ml w 24/24h	<div style="text-align: center;"> <div>14</div> <div>15</div> <div>16</div> <div>17</div> <div>18</div> <div>19</div> <div>20</div> <div>21</div> <div>22</div> <div>23</div> <div>24</div> <div>25</div> <div>26</div> <div>27</div> <div>28</div> <div>29</div> <div>30</div> <div>31</div> </div>	POI sem intercorrências CD-VPM + Rx de controle 1 5 Dr. Zuler Fabricio A. Cruz MR ORTOPEDIA-TRAUMATOLOGIA CRM-PB 9907
	<div style="text-align: center;"> <div>1</div> <div>2</div> <div>3</div> <div>4</div> <div>5</div> <div>6</div> <div>7</div> <div>8</div> <div>9</div> <div>10</div> <div>11</div> <div>12</div> <div>13</div> <div>14</div> <div>15</div> <div>16</div> <div>17</div> <div>18</div> <div>19</div> <div>20</div> <div>21</div> <div>22</div> <div>23</div> <div>24</div> <div>25</div> <div>26</div> <div>27</div> <div>28</div> <div>29</div> <div>30</div> <div>31</div> </div>		Dr. Zuler Fabricio A. Cruz MR ORTOPEDIA-TRAUMATOLOGIA CRM-PB 9907





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU - 192

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Senhor Ivanildo Fernando da Silva, Nascido em 06/05/1995, portador do Registro Civil nº 12.830. Residente no Município de Queimadas. Vítima de um acidente, colisão de moto com carro na BR 104, no dia 15/11/2018. O mesmo foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, do município de Alcantil para o Hospital de Trauma em Campina Grande.

Alcantil, 14/12/2018.

Josineide Maria de Macêdo Capibaribe

Coordenadora do SAMU 192

Josineide Mª de M. Capibaribe
Coordenadora do SAMU
Matrícula: 5407788-3





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
11ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS/PB



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial a Pasta de Ocorrências nº01/19, o registro nº85/19, cujo teor na íntegra está transcrito: Aos VINTE E UM dias do mês de MARÇO do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Queimadas, Estado da Paraíba e na DEPOL LOCAL, presente a Autoridade Policial, **Belª. DIANNI REGINA DE B. SILVA**, comigo, Escrivão (ã) de Polícia de seu cargo, ao final assinado (a) e declarado (a), aí, por volta das 09:24 horas, compareceu (o) a Senhor (a) **IVANILDO FERNANDO DA SILVA**, brasileiro, com 23 anos, reciclador, natural de Taquaritinga do Norte/PE, rg: 9.804.139 SSP/PB, nascido em 06/05/1995, em união estável, sem instrução, filho de José Luiz Fernando da Silva e de Ivonize Pereira da Silva, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, Queimadas/PB, o qual depois de cientificado das penalidades cominadas no art. 299 do CPB vimos notificar o **SEGUINTE**: *QUE no dia 15/11/2018, por volta das 17:00 horas, conduzia a sua motocicleta HONGA CG 125 FAN (placa MFF 1354/SC, de cor preta, ano de fabricação 2008, chassi 9C2JC30708R172043), Pela BR104, sentido Alcantil-Queimadas/PB, quando ainda no trecho pertencente a Alcantil, quando um veículo Corsa, modelo novo, saiu de uma estrada vicinal e adentrou repentinamente na pista de rolamento a frente do declarante; QUE o declarante não conseguiu evitar uma colisão; QUE colidiu a sua motocicleta com o veículo e caiu no acostamento; QUE o motorista do veículo Corsa ficou no local por alguns instantes, inclusive pediu ajuda a outros condutores de veículo que ali passavam; QUE o declarante foi socorrido pelo Samu e encaminhado ao Hospital de Trauma de Campina Grande/PB; QUE o declarante sofreu uma fratura no fêmur esquerdo; QUE o declarante foi submetido a uma cirurgia; QUE o declarante se encontra fazendo fisioterapia; QUE o motorista causador do acidente mandou por três vezes cestas básicas para a casa do declarante; QUE o declarante não sabe informar quem é o motorista, apenas soube que nome é ROBSON e nada mais; QUE o declarante veio comunicar o fato para que possa acionar o Seguro Dpvat; QUE apresenta como suas testemunhas as seguintes pessoas: MARIA LUZINETE DA SILVA, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, nesta cidade; e DANIELA FERNANDES DA SILVA, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, nesta cidade. Era o que tinha a Certificar. Eu Thomas J. Nunes Farias, escrivão que o digitei, dato e assino.*

Queimadas - PB, 21 de MARÇO de 2019

Declarante/noticiante:

IVANILDO FERNANDO DA SILVA
IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Escrivão (ã):

THOMAS J. NUNES FARIAS
THOMAS J. NUNES FARIAS




Histórico de movimento



Visualizando histórico do sinistrado: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Data Cadastrado	Ação	Comentários	Usuário
29/05/2019 às 08:08:22	Cancelado	Devolvido em 2019-05-29 - Sinistro cancelado tendo em vista tratar-se de vítima/beneficiária proprietária inadimplente, não havendo direito a indenização pelo Seguro DPVAT conforme Resolução CNSP 332/15.	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:37	Em andamento / seguradora	Enviado à Seguradora em 2019-05-22	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:18	Recebido na LIFE	Recebido em: 2019-05-22 Documentos do sinistro: Outros: Recebido -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:14	Recebido na LIFE	Recebido em: 2019-05-22 Documentos do sinistro: Outros: Recebido -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:32:41	Enviado à LIFE	Enviado em: 2019-05-22 SINISTRO NOVO Documentos do sinistro: Boletim de Ocorrência: Enviado - Certidão de Casamento: Dispensado - Certidão de Inexistência de IML: Enviado - Certidão de Nascimento: Dispensado - Comprovante de Ato declaratório: Enviado - Documentação Médico Hospitalar: Enviado - Documento de Identificação: Enviado - DUT: Dispensado - laudo do IML: Dispensado - Outros: Enviado - Documentos da vítima: Alvara Judicial: Dispensado - Autorização de Pagamento: Enviado - Comprovante de Residência: Enviado -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:31:26	Processo Cadastrado	Aviso de Sinistro registrado por: LIFE COR/J PESSOA PB Número Provisório: 3190337059 Dados da vítima Vítima: IVANILDO FERNANDO DA SILVA CPF: 718.423.344-17 Titular: O-POSSUI Data Nasci: 06/05/1995 Data Sinistro: 15/11/2018	LIFE COR/J PESSOA PB



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
			Data de emissão: 12/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
			Data de emissão: 12/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
			Data de emissão: 12/06/2019
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,41
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 098.2019.600399

Data Vencimento: 30/06/2019

Data Emissão: 12/06/2019

Comarca: Queimadas

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.008,20

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.222,70

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801132-71.2019.8.15.0981

DESPACHO

Vistos etc.

O Superior Tribunal de Justiça, a propósito da concessão do benefício da gratuidade judicial, firmou entendimento no seguinte sentido: "(...) 1. *O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza. Pode o magistrado, contudo, quando houve dúvida acerca da veracidade das alegações do beneficiário, determinar-lhe que comprove seu estado de miserabilidade a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não desse benefício. Precedentes do STJ*" (REsp. n. 1.108.218/RS, Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 15.3.2010).

Essa orientação jurisprudencial restou consagrada no Código de Processo Civil de 2015. Embora o § 3º do art. 99 estabeleça presunção de veracidade na alegação de insuficiência de recursos formulada pela parte, o § 2º do mesmo artigo permite ao juiz condicionar o deferimento do benefício à comprovação pelo requerente de que preenche os respectivos pressupostos. Disposição, aliás, que se ajusta à norma da Constituição Federal (CF, art. 5º, LXXIV).

No caso, considerando as centenas de ações que foram distribuídas ou contestadas no foro com pedidos indiscriminados de gratuidade judicial, intime-se a parte autora para, em 05 dias, juntar aos autos algum comprovante de rendimento (holerite, declaração de renda ou outros) que evidencie seu estado de miserabilidade.

Por fim, não fora juntado aos autos comprovante de residência em nome do autor, não tendo este juízo como fixar a competência desta comarca para a propositura da presente ação.

Dessa forma, intime-se o requerente para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial juntado aos autos comprovante de residência em nome do autor, bem como documento de identificação, sob pena de extinção do feito sem exame do mérito.

- Intime-se.

Queimadas, data e assinatura eletrônica.

//





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO VIA SISTEMA

Pelo presente, fica(m) o(s) destinatário(s) intimado(s)/notificado(s) via sistema, do inteiro teor do(a) **despacho** vinculado(a) a este termo.

DESTINATÁRIO(S): ADVOGADO(A)(S).

Queimadas - PB, 27 de setembro de 2019.

De ordem, ANDREA ALMEIDA GUERRA.



Petição em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA 2ª VARA MISTA DE QUEIMADAS-PB

PROCESSO: 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor o que segue:

MM. Juiz, vem a parte autora juntar CTPS do querente, que corrobora que o mesmo encontra-se desempregado, e que sua família depende exclusivamente do bolsa família de sua companheira conforme documentos anexos, sendo assim não possui renda, desse modo não possui meios de arcar com as custas processuais, devido a prejudicar o seu próprio sustento e de sua família.

No tocante ao comprovante de residência, o mesmo não possui comprovante de residência em seu nome devido a morar em casa alugada e sem contrato de aluguel, o mesmo está verificando junto a fornecedora de energia a transferia do comprovante para o seu nome, assim que ocorrer, será juntando ao processo o comprovante de residência atualizado em seu nome, dessa forma requer dilação de prazo para juntada.

Insta ressaltar jurisprudência do Tribunal de Justiça, referente a processos idênticas onde paleteia-se a indenização do Seguro DPVAT, no tocante a concessão da Justiça gratuita:

ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento nº 0805070-44.2018.8.15.0000

Agravante: Anderson Xavier Azevedo

Agravada: DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS HÁBEIS. EXISTÊNCIA NA HIPÓTESE. REFORMA DA DECISÃO ATACADA. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Para a fruição dos benefícios da gratuidade judiciária por pessoa física, é necessária a declaração de que lhe faltam condições para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, nos termos do art. 98, do Código de Processo Civil, bem como a comprovação da hipossuficiência.



- Havendo nos autos, elementos capazes de ratificar a afirmação da parte postulante de que não possui condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais, deve ser concedida a gratuidade judiciária.

DECISÃO MONOCRÁTICA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0804461-61.2018.8.15.0000

RELATOR : Des. José Ricardo Porto

AGRAVANTE : Virgulino Firmino Neto

ADVOGADO : Inácio Bruno Sarmento (OAB/PB 21.472)

AGRAVADA : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

ADVOGADA : Janaína Melo Ribeiro Tomaz (OAB/PB 10.412)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PARA EVENTUAL COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXEGESE DO ART. 99, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. INDEFERIMENTO LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. ERRO DE PROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DO DECRETO JUDICIAL.

*- "§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, **devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.**"*

(Art. 99, §2º, CPC/2015) Destaquei!

Destarte a presente petição tem o escopo de instruir a presente demanda, requerendo a concessão da Justiça Gratuita, pois desta forma será feita a mais lúdima Justiça, requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, em 05 de Novembro de 2019

Inácio Bruno Sarmento
-Advogado-
OAB/PB 21472





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número **042096** Série **000095**



Francildo F. S. da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

Silva



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Vamir da Sampaio da Silva

Loc. Nasc.

Guaratinga do Norte - PE

Data

06/05/95

Filiação

Jose Luiz Sampaio da Silva,
Romize Pezeta da Silva

Doc. Nº

REN 12.830.510762 AR3

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em/...../..... Doc. Ident. Nº

Exp. em/...../..... Estado

Obs.:

Data Emissão

03/12/2012 SRTE/PE

Antonio F. de Carvalho
Mat. 170.168-1

Assinatura do Funcionário



REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário



..... como
..... sob

ionário

.. como
..... sob

nário

CARTÃO BLOQUEADO
Para desbloqueá-lo, ligue:

0800-726-0207

A ligação é gratuita.

MARIA DO SOCORRO FERNANDES DA SILVA

20457052389 01





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:
ISAUQUE ISRAEL FERNANDES DA SILVA

CPF

161.830.014-81

MATRÍCULA
0713160155 2019 1 00044 169 0036664 80

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

dezessete de agosto de dois mil e quinze

HORA DE NASCIMENTO

20:15

NATURALIDADE

DIA

17

MÊS

08

ANO

2015

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Queimadas-PB

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

Caruaru-PE

FILIAÇÃO

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, naturalidade: Taquaritinga do Norte-PE, residente e domiciliado: RUA GEORGE PENHA DE MELO, Nº 1101- CJ CASSIO C LIMA, CEP: 58475-000, Queimadas-PB, naturalidade: Toritama-PE, residente e domiciliado: RUA GEORGE PENHA DE MELO, Nº 1101- CJ CASSIO C LIMA, CEP: 58475-000, Queimadas-PB.

AVÓS

Paterno(s): JOSÉ LUIZ FERNANDO DA SILVA e IVONIZE PEREIRA DA SILVA. Materno(s): ANTONIO FERNANDES DA SILVA e MARIA LUZINETE DA SILVA.

GÊMEOS

☒ NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

vinete e um de janeiro de dois mil e dezanove (21/01/2019).

NÚMERO DA DN/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

30693893542

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER

Obs: Registro lavrado em 21/01/2019, no livro A-00044, Nº 36964, folha 169. Inscrito (a) no CPF sob nº 161.830.014-81, conforme Inscrição Normativa RFB nº 1548/15.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
Queimadas - Paraíba
Maria de Jesus Macedo Vieira
Escrevente Compromissada

Cartório do Registro Civil

Maria do Socorro de Souza Rêgo Lucena
Queimadas-PB

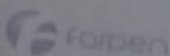
Rua César Ribeiro nº 58 Queimadas-PB - CEP 58475-000 Fone: 3392-1254
E-mail: cartorio.queimadas@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
Queimadas-PB, 21 de Janeiro de 2019

Maria de Jesus Macedo Vieira
Maria de Jesus Macedo Vieira
Escrevente Compromissada

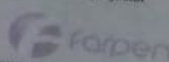
Selo Digital: **AGH21238-G17R**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Nº 755845 B

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ALTERAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO ANULA ESTE DOCUMENTO.



Petição em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS-PB**

Processos Nº. 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, já qualificada nos autos em epígrafe, ,
por seu advogado, que está subscreve, vem, respeitosamente, à presença de V.
Excelência, expor e requerer:

MM. Juiz, vem a parte autora juntar comprovante de residência em seu nome
conforme requerido.

Diante do exposto requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 27 de Novembro de 2019.

INACIO BRUNO SARMENTO
- Advogado - OAB/PB 21.472



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: N° 005.204.387



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Dep. Raimundo Asfora, 4799 - BR 230 - KM 158 - Três Irmãs
Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

DADOS DO CLIENTE

IVANILDO FERNANDO DA SILVA
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101
QUEIMADAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

4/286724-0

REFERÊNCIA

NOV/2019

APRESENTAÇÃO

25/11/2019

CONSUMO

100

VENCIMENTO

02/12/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 92,21

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 02957.450006 00520.588179 2 80910000009221				
Pagador: IVANILDO FERNANDO DA SILVA CNPJ/CPF: 718.423.344-17				
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101 - CJ CASSIO LIMA - QUEIMADAS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
29574500000520588	000286724201911	02/12/2019	R\$ 92,21	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA BORBOREMA DISTRIB DE ENERGIA SA				08.826.596/0001-95
AV DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA, 4799 - BR 230 KM 158 - TRES IRMAS - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 58423-700				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2057-5				





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801132-71.2019.8.15.0981

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, através de advogado habilitado nos autos, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT.

Dentre os documentos apresentados, a parte autora consignou no id. [21960645](#) documentação comprobatória da negativa da seguradora demandada, **fundada na inadimplência**.

No despacho de id. [22303058](#) foi determinada a emenda da inicial para colacionar aos autos **comprovante de residência em nome do autor, bem como documento de identificação**, o que foi feito nos ids. [25912863/26567814](#).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.

Ab initio, importa tecer comentários introdutórios acerca do fenômeno hermenêutico alcunhado de derrotabilidade da norma jurídica.

O vocábulo “derrotabilidade” se baseia no conceito pelo qual algo pode ser superável, episodicamente afastado em face de um caso em concreto, originando-se do termo em inglês *Defeasibility*.

Traçando um breve esboço histórico, observa-se que a teoria acima citada surgiu originalmente através da obra de Herbert Hart, jurista inglês, principal pensador do positivismo jurídico no Direito Anglo-saxão.

A tese da derrotabilidade da norma jurídica, pensada originalmente em uma perspectiva positivista, de aplicação somente aos estatutos legais, prega que, ao produzir lei nova, o parlamento não tem como precisar todas as exceções possíveis à norma criada e, para evitar manifestações de crise do sistema normativo, Hart estabelece ser possível o reconhecimento de exceções implícitas na aplicação da norma.

Com efeito, diante do impasse oriundo de uma situação de fato que represente contexto não pensado pelo legislador, a fim de evitar o *non liquet*, o intérprete pode afastar episodicamente a incidência de disposição normativa, superá-la, ou mesmo adaptá-la ao caso concreto, desde que de modo fundamentado e excepcional, a exemplo:

Quando o estudante aprende que no direito inglês há normas positivas para a existência de um contrato válido, ele ainda tem que aprender o que pode derrotar a reivindicação de que há um contrato válido, mesmo quando todas essas condições são satisfeitas [...] o estudante tem ainda que aprender o que pode seguir as palavras ‘a menos que’, as quais devem acompanhar a indicação dessas condições. (VASCONCELLOS, Fernando Andreoni. *O conceito de derrotabilidade normativa*. 2009. f. 132. Tese (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.47-48)

É bem verdade que a teoria da derrotabilidade foi pensada originalmente para um sistema jurídico visto sob a ótica do positivismo clássico, corrente jusfilosófica que considera norma jurídica de caráter geral apenas a Lei.

Contudo, vivemos no Brasil atual os impactos de uma perspectiva pós-positivista, na linha do que prega Paulo Bonavides, razão pela qual houve a ampliação do rol de fontes primárias do Direito, sendo que atualmente a *ratio decidendi* oriunda de precedentes judiciais detém clara eficácia normativa, admitindo tal ponto assevera Fredie Didier Jr.:

Considerando que a eficácia normativa do precedente judicial é hoje uma realidade inexorável no nosso sistema jurídico, bem como que, em um sistema de precedente, a motivação é a pedra de toque, núcleo mesmo – até porque é nela que está o precedente –, é imprescindível exigir maior qualidade na fundamentação dos atos decisórios. (DIDIER Jr., Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**. 15.



ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2018, v. 2, p.386.)

Considerando o novo paradigma narrado no parágrafo acima, é possível a aplicação da derrotabilidade da *ratio decidendi*, considerando que esta é o núcleo normativo do precedente, com aptidão à generalidade e abstração, desde que haja o reconhecimento posterior de exceção implícita não considerada na edição de tal norma, aplicando-se a cláusula implícita alcinhada por Hart de “a menos que”, o que é realizado mediante o mecanismo do *distinguishing*, previsto no art. 489, §1º, inc. VI, do CPC.

Fixada e premissa maior do presente raciocínio judicial, passo à análise do caso.

Ao compulsar os documentos anexos à petição inicial, notadamente o indicado no id. [21960645](#), observa este juízo que o motivo da negativa do pagamento da indenização pela seguradora demandada é a inadimplência no pagamento do prêmio por parte do demandante.

Não obstante a inadimplência, admitida pelo próprio demandante na inicial, este sustenta que tal fato não obsta a procedência da demanda, invocando para justificar sua afirmação o conteúdo do enunciado nº 257 da súmula do STJ, que por sua vez assim dispõe:

Súm. 257. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Não obstante o entendimento sumulado da Corte Cidadã, recentemente houve realização de importante *distinguishing* por parte da Ministra Maria Isabel Gallotti (Resp. Nº 1.834.424 – PR), no sentido de considerar que o enunciado de súmula acima apontado não deve se aplicar caso haja inadimplência do prêmio securitário pelo próprio beneficiário, pelas razões a seguir delineadas.

Com efeito, importa considerar que em sua Resolução nº 332/2015, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) dispõe em seu art. 17, §2º, que:

Art. 17, §2º. Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Seguros Privados, cumprindo com sua competência atribuída pelo §2º do art. 7º da Lei 6.194/74, definiu através da Resolução nº 273/2012, em seu art. 12, §7º que:

Art. 12, §7º. Fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Nesse sentido, nota-se que os órgãos reguladores da matéria são uníssomos no sentido de que **o proprietário inadimplente não pode ser o beneficiário da indenização, o que se dá em razão do enriquecimento sem causa derivado da *tu quoque***, não sendo possível admitir que o inadimplente tenha, ao violar norma jurídica que determina o pagamento obrigatório do prêmio, direito à indenização securitária.

Desta feita, não merece prosperar a tese da parte autora pela qual a inadimplência não obsta o direito à indenização securitária.

Fixado o entendimento quanto ao mérito da demanda, passa este juízo a verificar a **possibilidade de improcedência liminar do pedido.**

O art. 332 do CPC estabelece a possibilidade de julgamento liminar de mérito, desde que pela improcedência, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Nesse contexto, observa-se que o inciso I do citado dispositivo processual estabelece a possibilidade de improcedência liminar nos casos de contrariedade do afirmado na demanda a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

No presente caso observa-se que o *distinguishing* acima apontado revela-se como fenômeno hermenêutico de derrotabilidade da *ratio decidendi* sedimentada no enunciado nº 257 da súmula do STJ, pois reconhece uma exceção implícita não pensada na construção da norma oriunda dos precedentes que originaram a súmula, qual seja, o fato de a figura do inadimplente se confundir com a do beneficiário da indenização securitária.

Derrotando episodicamente o disposto no enunciado nº 257 da Súmula do STJ, entende este juízo que, para o presente caso, o referido enunciado deve ser interpretado com a seguinte cláusula implícita “a menos que o inadimplente seja o próprio beneficiário”, razão pela qual tal disposição integra o conteúdo da súmula, ainda que implicitamente, valendo salientar a diferença entre texto normativo e norma propriamente dita.

Por fim, ao considerar o consignado no parágrafo acima, entende este juízo que a hipótese prevista nos autos se amolda ao disposto no art. 332, inc. I, do CPC, que por sua vez autoriza o julgamento pela improcedência liminar do pedido.

Ex positis, com fundamento no arts. 331, IV, e 487, I do Código de Processo Civil, atento ao que mais consta dos autos e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, JULGO PELA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito.



Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários, o que resta suspenso em virtude do benefício da gratuidade judiciária, que ora defiro, nos termos do art. 98 §3º do CPC.

Após o trânsito em julgado desta decisão, intime-se a parte ré nos termos do art. 332, §2º, do CPC.

Ato contínuo, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição, independentemente de nova conclusão a este Juízo.

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimações necessárias.

Data e assinatura digitais.

/





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO VIA SISTEMA

Pelo presente, fica(m) o(s) destinatário(s) intimado(s)/notificado(s) via sistema, do inteiro teor do(a) **sentença** vinculado(a) a este termo.

DESTINATÁRIO(S): ADVOGADO(A)(S).

INACIO BRUNO SARMENTO - OAB PB21472

Queimadas - PB, 15 de junho de 2020.

De ordem, ENRIQUE DE FARIAS MEIRA.



Apelação em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS - PB**

Processo nº: 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, já qualificado nos autos da Ação de Indenização de Seguro DPVAT, processo em epígrafe, que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, também já qualificada nos autos, vem, por via de seu procurador que esta subscreve, não se conformando com a sentença proferida, interpor o presente:

RECURSO DE APELAÇÃO

Com base nos arts. 1.009 a 1.014, ambos do CPC/15, requerendo, na oportunidade, que o recorrido seja intimado para, querendo, ofereça as contrarrazões e, ato contínuo, sejam os autos, com as razões anexas, remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para os fins de mister.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 15 de Junho de 2020.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



RAZÕES RECURSAIS

Apelante: IVANILDO FERNANDO DA SILVA
Apelada: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A
Origem: 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS-PB
PROCESSO Nº: 0801132-71.2019.8.15.0981

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA CÂMARA

Eméritos Desembargadores,

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Cabe destacar a isenção do preparo em razão de o apelante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme dispõe a Lei 1060/50, conforme declaração de hipossuficiência financeira, devidamente concedida, acostada aos autos.

O presente recurso é próprio, tempestivo, o apelante é parte legítima, com interesse processual, devidamente representado, conforme se verifica, portanto, preenchido os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.

I I- BREVE SÍNTESE DO PROCESSO

O Recorrente propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da requerida objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito.

Foi deferido ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita.

A ação foi julgada improcedente, segue teor:

Fixado o entendimento quanto ao mérito da demanda, passa este juízo a verificar a **possibilidade de improcedência liminar do pedido**.

O art. 332 do CPC estabelece a possibilidade de julgamento liminar de mérito, desde que pela improcedência, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Nesse contexto, observa-se que o inciso I do citado dispositivo processual estabelece a possibilidade de improcedência liminar nos casos de contrariedade do afirmado na demanda a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



No presente caso observa-se que o *distinguishing* acima apontado revela-se como fenômeno hermenêutico de derrotabilidade da *ratio decidendi* sedimentada no enunciado nº 257 da súmula do STJ, pois reconhece uma exceção implícita não pensada na construção da norma oriunda dos precedentes que originaram a súmula, qual seja, o fato de a figura do inadimplente se confundir com a do beneficiário da indenização securitária.

Derrotando episodicamente o disposto no enunciado nº 257 da Súmula do STJ, entende este juízo que, para o presente caso, o referido enunciado deve ser interpretado com a seguinte cláusula implícita “a menos que o inadimplente seja o próprio beneficiário”, razão pela qual tal disposição integra o conteúdo da súmula, ainda que implicitamente, valendo salientar a diferença entre texto normativo e norma propriamente dita.

Por fim, ao considerar o consignado no parágrafo acima, entende este juízo que a hipótese prevista nos autos se amolda ao disposto no art. 332, inc. I, do CPC, que por sua vez autoriza o julgamento pela improcedência liminar do pedido. *Ex positis*, com fundamento no arts. 331, IV, e 487, I do Código de Processo Civil, atento ao que mais consta dos autos e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, **JULGO PELA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO**, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários, o que resta suspenso em virtude do benefício da gratuidade judiciária, que ora defiro, nos termos do art. 98 §3º do CPC.

Breve é o relatório.

III – RAZÕES DA REFORMA

A r. Sentença proferida pelo juiz *a quo* na Ação de Indenização proposta pelo apelante em face do apelado, fere dispositivos legais da Lei nº 11.945/2009, bem como a Súmula 257/STJ.

Nobres julgadores, o colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a indenização do seguro obrigatório - DPVAT deve ser paga à vítima, ainda que inadimplente com o valor do respectivo prêmio.

É esse o entendimento que se extrai da Súmula nº 257/STJ:

"A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização."

Porém Insta ressaltar que o pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora no tocante a quitação do bilhete na data do acidente.

Diferente do que alega o juízo de primeiro grau, a legislação especial, em seu art. 5º determina que, " **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova**

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Portanto, verifica-se que razão não assiste à sentença do **juiz a quo** ao sustentar a inaplicabilidade deste verbete ao caso concreto sob o fundamento de que os órgãos reguladores da matéria são uníssomos no sentido de que o proprietário inadimplente não pode ser o beneficiário da indenização, e que tal súmula somente se aplicaria nos casos em que a vítima requerente da indenização fosse diferente do proprietário do veículo inadimplente.

Frisa-se que a jurisprudência não faz qualquer diferenciação, reconhecendo como devido o pagamento da indenização mesmo quando a vítima é o próprio proprietário inadimplente.

Nesse sentido é o entendimento deste Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINARES. CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMANDA AJUIZADA POSTERIORMENTE À FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. EXISTÊNCIA DE PRETENSÃO AUTURAL RESISTIDA COM A APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. REJEIÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA. QUALIDADE DE HERDEIROS DO FALECIDO DEVIDAMENTE COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE CASAMENTO OU DE OUTROS FILHOS. Direito dos AUTORES a indenização securitária. MÉRITO. SEGURO DPVAT. falecimento EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE. CERTIDÃO DE ÓBITO. COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. **INADIMPLÊNCIA DO PROPRIETÁRIO QUANTO AO PRÊMIO. IRRELEVÂNCIA. Súmula nº 257 do stj.** INDENIZAÇÃO DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. ÍNDICE QUE REFLETE A INFLAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. Ausência de EXCESSIVIDADE. MINORAÇÃO INDEVIDA. DESPROVIMENTO DO APELO. - Se a promovida contesta a ação e manifesta expressamente recusa ao pagamento do seguro DPVAT, resta configurada a resistência à pretensão e ao litúgio entre as partes, não havendo necessidade de prévio requerimento administrativo. - A legitimidade dos autores para pleitear a totalidade da indenização restou devidamente demonstrada, eis que o segurado falecido era solteiro e não há provas de que tenha deixado (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00017637720138150231, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 19-02-2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INADIMPLÊNCIA DO PRÊMIO. SÚMULA 257 DO STJ. SITUAÇÃO QUE NÃO CONFIGURA RECUSA PARA ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. DESPROVIMENTO. Processo nº 0819838-06.2017.8.15.0001

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Eventual inadimplência do prêmio do seguro DPVAT não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização, ainda que a vítima seja a proprietária do veículo, conforme Súmula 257, do STJ.

Diante do exposto, pugna-se pela reforma da r. Decisão, em face da aplicabilidade da sumula 257 do STJ e com base no entendimento desse Tribunal, intimando a parte contrária para apresentação de resposta, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete ao autor, para assim condenar-se a apelada nos exatos termos da lei.

IV – REQUERIMENTO

Em virtude do exposto, a Apelante requer que o presente recurso de apelação seja CONHECIDO e, quando de seu julgamento, seja totalmente PROVIDO para reformar a sentença recorrida, no sentido de acolher o pedido inicial, intimando a parte contrária para apresentação de resposta e determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete a apelante, por ser de inteira Justiça.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 15 de Junho 2020.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

DESPACHO

Vistos, etc.

Cite-se a parte contrária, para, querendo, contra-arrazoar o recurso, em 15 (quinze) dias.
Após, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça deste Estado, observadas as formalidades de estilo.

QUEIMADAS - PB, data e assinatura eletrônica.

JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE MELO
Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Fórum Amarília Sales de Farias - Rua José Braz de França , SN, Centro, CEP 58475-000 – Fone
(83) 33921156, Email: qus.2vara@tjpb.jus.br

Nº do processo: 0801132-71.2019.8.15.0981

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: Nome: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Endereço: Rua George Penha de Melo, 1101, CJ Cássio Cunha Lima, QUEIMADAS - PB - CEP: 58475-000

RÉU: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Edifício Citibank_, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO
- RJ - CEP: 20011-904**

Queimadas - PB, em 15 de junho de 2020

MANDADO DE CITAÇÃO

(via sistema, nos termos do Ato da Presidência nº 91/2019)

De ordem do MM. Juiz de Direito desta 2ª Vara da Comarca de Queimadas – PB, pelo presente fica(m) o(s) promovido(s) **CITADO(S)**, por todos os atos do processo acima mencionado, e INTIMADO(S) para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

De ordem, ENRIQUE DE FARIAS MEIRA
Servidor

